

Estrada  
20 cópias

83

# A HIPÓTESE COMUNISTA

COLEÇÃO  
ESTADO  de SÍTIO

ALAIN BADIOU

TRADUÇÃO: MARIANA ECHALAR

**BOITEMPO**  
EDITORIAL

II  
A ÚLTIMA REVOLUÇÃO?

### Por quê?<sup>1</sup>

Por que falar de “Revolução Cultural” – nome oficial de um longo período de graves tumultos na China comunista entre 1965 e 1976? Por pelo menos três razões.

1. A Revolução Cultural foi uma referência viva e constante da ação militante em todo o mundo, e em particular na França, ao menos entre 1967 e 1976. Ela faz parte de nossa história política, fundou a corrente maoista, única criação verdadeira dos anos 1960 e 1970. Posso dizer “nossa” porque eu estava lá e, de certo modo, para citar Rimbaud, “eu estou, estou sempre”. Todos os tipos de trajetórias subjetivas e práticas encontraram, na incansável inventividade dos revolucionários chineses, sua *nomeação*. Mudar a subjetividade, viver de outro modo, pensar de outro modo, os chineses – e depois nós – chamaram isso de “revolucionarização”. Eles diziam: “Mudar o homem naquilo que ele possui de mais profundo”. Ensinaram que, na prática política, devemos ser ao mesmo tempo “o arqueiro e o alvo”, já que a antiga visão do mundo ainda está presente em nós. No fim dos anos 1960, íamos a toda parte, às fábricas, às cidades, ao campo. Milhares de estudantes se tornaram proletários, ou moravam em alojamentos de operários. Também para isso havia as palavras da Revolução Cultural: as “grandes trocas de experiência”, “servir ao povo” e, ainda es-

<sup>1</sup>. Este texto foi suscitado pelas Conférences du Rouge-Gorge, criadas em 2001 por Natacha Michel e eu.

sencial, a “ligação de massa”. Lutávamos contra a inércia brutal do PCE, contra seu conservadorismo violento. Na China também, as pessoas atacavam o burocratismo do partido, e isso se chamava “lutar contra o revisionismo”. Mesmo as cisões, os confrontos entre revolucionários de orientações diferentes chamavam-se, à maneira chinesa, “desentocar a banda negra”, acabar com os que são “de esquerda na aparência e de direita na realidade”. Quando participávamos de uma situação política popular, greve de fábrica ou confronto com os capacitados fascizantes dos alojamentos, sabíamos que tínhamos de nos “distinguir na descoberta da esquerda proletária, na reconciliação do centro, no isolamento e na aniquilação da direita”. O “pequeno livro vermelho” de Mao foi nosso guia, não como dizem os tolos para fins de catequização dogmática, mas, ao contrário, para nos esclarecer e inventar novos caminhos em todos os tipos de situação anteriormente desconhecidos para nós. Sobre tudo isso – não sendo daqueles que encobrem seu abandono e sua adesão à reação estabelecida com referências à psicologia das ilusões ou à moral dos descaminhos –, somente podemos citar nossas fontes e prestar nossas homenagens aos revolucionários chineses.

2. A Revolução Cultural é o exemplo-tipo (mais uma noção do maoísmo: uma descoberta revolucionária que deve ser generalizada) de uma experiência que satura a forma do partido-Estado. Emprego aqui a categoria “saturação” no sentido dado por Sylvain Lazarus<sup>2</sup>: tentarei demonstrar que a Revolução Cultural é a última seqüência política significativa ainda interna ao partido-Estado (nesse caso, o partido comunista chinês) e que fracassa nele. Maio de 1968 e suas consequências são uma coisa um pouco diferente. O movimento polonês ou o Chiapas é uma coisa diferente. A organização política é uma coisa completamente diferente. Mas sem a saturação dos anos 1960 e 1970 não haveria nada imaginável fora do espectro do(s) partido(s)-Estado(s)<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Sylvain Lazarus, *Anthropologie du nom* (Paris, Seuil, 1996), p. 37.

<sup>3</sup> Sobre o(s) partido(s)-Estado(s) como figura central das políticas do século XX, remeto às Conférences du Rouge-Gorge: “Les régimes du siècle” [Os regimes do século], realizada por Sylvain Lazarus.

3. A Revolução Cultural é uma grande lição sobre história e política, sobre a história pensada a partir da política (e não o contrário). De fato, se examinarmos essa “revolução” (a própria palavra está no centro da saturação) seguindo a historiografia dominante ou a partir de uma questão política real, chegaremos a discordâncias surpreendentes. O que importa é ver que a natureza dessa discordância não está no registro empírico ou positivista da exatidão ou da inexatidão. Podemos estar de acordo sobre os fatos e chegar a julgamentos absolutamente opostos. É precisamente esse paradoxo que nos ajudará a entrar no assunto.

#### Narrativas

A versão historiográfica dominante foi estabelecida em 1968 por diversos especialistas, em particular sinólogos, e não mudou desde então. Ela se consolidou pelo fato de ter se tornado, por meias-palavras, a versão oficial de um Estado chinês dominado desde 1976 por sobreviventes e revanchistas da Revolução Cultural, com Deng Xiaoping à frente.

O que diz essa versão<sup>4</sup>? Que, no que diz respeito à revolução, tratava-se de uma luta pelo poder na cúpula da burocracia do partido-Estado. Que o voluntarismo econômico de Mao, encarnado pela palavra de ordem do “grande salto adiante”, foi um completo fracasso, a ponto de causar o retorno da fome no campo. Que, em consequência desse fracasso, Mao se tornou minoria nas instâncias dirigentes do partido e um grupo “pragmático”, cujas personalidades dominantes eram Liu Shaoqi (então presidente nomeado da República), Deng Xiaoping (secretário-geral do partido) e Peng Zhen (prefeito de Pequim), impôs sua lei. Que, desde 1963, Mao tentou travar contraofensivas, mas chocou-se com as instâncias regulares do partido. Que ele recorreu então a forças estranhas ao partido,

<sup>4</sup> O livro que dá o estilo geral das versões oficiais ou “críticas” (pela primeira vez, estranhamente concordantes) da Revolução Cultural é o de Simon Leys, *Les habits neufs du président Mao* [A roupa nova do presidente Mao] (Paris, LGF, 1989).

seja externas (as guardas vermelhas estudantis), seja externas/inter-nas, singularmente o Exército, cujo controle ele retomou depois que Peng Dehuai foi eliminado e substituído por Lin Biao<sup>5</sup>. Que houve então, unicamente por causa do desejo de Mao de retomar o poder, uma situação caótica e sangrenta, sem que se conseguisse chegar a uma estabilização até a morte do culpado (em 1976).

É preciso reconhecer que não há nada propriamente inexato nessa versão. Mas também não há nada que tenha o sentido verdadeiro que só a compreensão política dos episódios, sua concentração num pensamento ainda ativo hoje, pode lhe dar.

1. Nenhuma estabilização? Sem dúvida. Mas porque se mostrou impossível desenvolver a novidade política no contexto do partido-Estado. Nem a mais ampla liberdade criadora das massas estudantis e operárias (entre 1966 e 1968), nem o controle ideológico e estatal do Exército (entre 1968 e 1971), nem a resolução ponto por ponto das diferenças num gabinete político em que tendências antagônicas se enfrentavam (entre 1972 e 1976) permitiram que as ideias revolucionárias se estabelecessem e uma situação política absolutamente nova, totalmente distinta do modelo soviético, pudesse nascer enfim na escala do conjunto.

2. Recurso a forças externas? Sem dúvida. Mas esse recurso tentava obter – e teve como feito tanto no curto quanto no médio prazo, e talvez até hoje – uma desintrição parcial do partido e do Estado. Tratava-se de eliminar o formalismo burocrático, ao menos enquanto durasse o gigantesco movimento. O fato de que se tenha provocado com isso a anarquia das facções mostra uma questão política essencial para os tempos vindouros: o que funda a unidade de uma política, se ela não é diretamente garantida pela unidade formal do Estado?

3. Luta pelo poder? É evidente. É ridículo contrapô-la à “revolução”, já que, por “revolução”, só se pode entender uma articulação de forças políticas antagônicas sobre a questão do poder. De resto, os maoistas sempre citaram Lenin, para quem, explicitamente, a

<sup>5</sup> Sobre esses episódios e, mais em geral, sobre os fatos principais desse período, remeto à cronologia da página 91.

questão da revolução é, em última instância, a questão do poder. O verdadeiro problema, muito complexo, é saber se a Revolução Cultural não acabou justamente com a concepção revolucionária da articulação entre política e Estado. Na verdade, essa foi a grande questão, o debate central e violento da Revolução Cultural.

4. O “grande salto adiante” foi um fracasso cruel? Sim, em muitos sentidos. Mas esse fracasso resulta de um exame crítico da doutrina econômica de Stalin. De maneira nenhuma deve ser atribuído a um tratamento uniforme das questões relativas ao desenvolvimento do campo pelo “totalitarismo”. Mao examinou rigorosamente (inúmeras notas escritas comprovam isso) a concepção stalinista da coletivização e seu insondável desprezo pelos camponeses. Sua ideia não era coletivizar de maneira violenta e forçada, para garantir a acumulação nas cidades. Muito pelo contrário, ele queria industrializar o campo, dotá-lo de uma relativa autonomia econômica, para evitar a proletarização e a urbanização selvagens que ganharam um aspecto de catástrofe na URSS. Na verdade, Mao seguia a ideia comunista de uma solução efetiva da contradição entre a cidade e o campo, e não de uma eliminação violenta do campo em proveito da cidade. Se há fracasso, ele é de natureza política, e trata-se de um fracasso muito diferente daquele de Stalin.

Por fim, é preciso afirmar que a mesma descrição abstrata das coisas não redundava absolutamente no mesmo pensamento, se ela opera segundo axiomas políticos diferentes.

#### Datas

A querela também é evidente no que diz respeito às datas. O ponto de vista dominante, que é também o do Estado chinês, é que a Revolução Cultural durou dez anos, de 1966 a 1976, das guardas vermelhas até a morte de Mao. Dez anos de tumultos, dez anos de desenvolvimento racional perdidos.

Na verdade, essas datas não se sustentam, se raciocinarmos do ponto de vista estrito da história do Estado chinês, tendo como critérios: a estabilidade civil, a produção, certa unidade à frente das ad-

ministrações, a coesão do Exército etc. Mas esse não é meu axioma nem esses são meus critérios. Se examinamos a questão das datas do ponto de vista da política, da invenção política, o critério principal torna-se: quando podemos dizer que surgem as criações coletivas de pensamento, do tipo político? Quando a prática e as palavras de ordem se apresentam em excesso verificável na tradição e no funcionamento do partido-Estado chinês? Quando surgem os enunciados de valor universal? Nesse caso, fincamos de maneira muito diferente os marcos do processo cujo nome é “Grande Revolução Cultural Proletária” e que chamamos entre nós de “GRCP”.

No que me diz respeito, proponho dizer que a Revolução Cultural, assim concebida, forma uma sequência que vai de novembro de 1965 a julho de 1968. Eu poderia até mesmo admitir (essa é uma discussão de técnica política) uma redução drástica, que situaria o momento revolucionário propriamente dito entre maio de 1966 e setembro de 1967. O critério é a existência de uma atividade política de massa, palavras de ordem, organizações novas, lugares próprios. Por meio disso, pode-se estabelecer uma referência ambivalente, mas incontestável, de qualquer pensamento político contemporâneo digno desse nome. Nesse sentido, existe “revolução”, porque existem as guardas vermelhas, os rebeldes operários revolucionários, inúmeras organizações e “quartéis gerais”, situações totalmente imprevisíveis, enunciados políticos novos, textos sem precedentes etc.

### Hipótese

Como fazer para que esse gigantesco sismo seja exposto ao pensamento e faça sentido hoje? Formularei uma hipótese e testarei em várias dimensões, factuais ou textuais, a sequência de que trato aqui (a China entre novembro de 1965 e julho de 1968).

A hipótese é a seguinte. Estamos diante das condições de uma divisão essencial do partido-Estado (o Partido Comunista Chinês, no poder desde 1949). Divisão essencial, no sentido de que ela diz respeito a questões cruciais para o devir do país: a economia e a relação entre a cidade e o campo; a eventual transformação

do Exército, o balanço da Guerra da Coreia; os intelectuais, as universidades, a arte e a literatura; e, por último, o valor do modelo soviético ou stalinista. Mas essencial também, e sobretudo, porque a corrente minoritária entre os quadros do partido é ao mesmo tempo dirigida, ou representada, por aquele cuja legitimidade histórica e popular é maior, ou seja, Mao Tsé-Tung. Existe aí um perigoso fenômeno de não coincidência entre a historicidade do partido (o longo período da guerra popular contra os japoneses e, em seguida, contra Jiang Jieshi [Chiang Kai-chek]) e o estado presente de sua atividade como ossatura do poder de Estado. De resto, durante a Revolução Cultural e, singularmente, no Exército, o período de Yen-an será invocado muitas vezes como modelo da subjetividade política comunista.

Esse fenômeno tem as seguintes consequências: o confronto das posições não consegue ser normatizado pelas regras do formalismo burocrático, mas também não consegue ser normatizado pelos métodos do expurgo terrorista utilizados por Stalin nos anos 1930. Ora, no espaço do partido-Estado, existe apenas o formalismo ou o terror. Mao e seu grupo tiveram de inventar um terceiro recurso, o recurso à mobilização política de massa, para tentar dobrar os representantes da corrente majoritária, em particular seus dirigentes nas instâncias superiores do partido e do Estado. Esse recurso supõe que formas não controladas de revolta e organização sejam admitidas. O grupo de Mao, depois de muita hesitação, impôs enfim a aceitação dessas formas, primeiro nas universidades e, em seguida, nas fábricas. Mas, contraditoriamente, ele também tentou levar todas as inovações organizacionais da revolução para o espaço geral do partido-Estado.

Chegamos ao cerne da hipótese: a Revolução Cultural é o desenvolvimento histórico de uma contradição. De um lado, trata-se de dar novo ânimo à ação revolucionária de massa à margem do Estado de ditadura do proletariado ou, no jargão teórico da época, reconhecer que, ainda que o Estado fosse formalmente um Estado “proletário”, a luta de classes continuava, inclusive nas formas da revolta de massa. Mao e seu grupo chegaram a dizer que, sob o socialismo, a burguesia se reconstitui e se organiza *no próprio partido comunista*. De outro

lado, como a guerra civil propriamente dita é excluída, a forma geral da relação entre o partido e o Estado, em particular no que se refere às forças repressivas, deve permanecer inalterada, ao menos no sentido de que não se trata de *destruir* o partido. É o que Mao dá a entender, quando diz que “a esmagadora maioria dos quadros é boa”.

Essa contradição acarretou algumas vezes extrapolações sucessivas da autoridade do partido pelas revoltas locais, a anarquia violenta dessas extrapolações, o caráter inevitável de uma imposição da ordem extremamente brutal e, por fim, a entrada decisiva do Exército popular.

As extrapolações sucessivas definem a cronologia (as etapas) da Revolução Cultural. O grupo dirigente revolucionário tentou primeiro manter a revolta no quadro das instituições de ensino. Essa tentativa fracassou em agosto de 1966, quando as guardas vermelhas se espalharam pelas cidades. Em seguida, ele tentou mantê-la no quadro da juventude escolarizada, mas no fim de 1966, e sobretudo a partir de janeiro de 1967, os operários se tornaram a força principal do movimento. Ele tentou ainda manter afastadas as direções do partido e do Estado, mas a partir de 1967 elas entraram no tumulto pelo movimento das “tomadas de poder”. Por fim, ele tentou a todo custo conservar o Exército como força de reserva, o derradeiro recurso. Mas mesmo isso foi quase impossível, depois da explosão de violência ocorrida em agosto de 1967 em Wuhan e Cantão. Aliás, foi diante de um risco real de cisão das Forças Armadas que, a partir de setembro de 1967, iniciou-se o lento movimento de inversão repressiva.

A coisa deve ser dita da seguinte maneira: as invenções políticas que deram a essa sequência um aspecto revolucionário incontestável somente puderam se desenvolver como extrapolações em relação ao objetivo que lhes foi dado por aqueles que os próprios atores da revolução (a juventude e seus inúmeros grupos, os rebeldes operários...) consideravam seus dirigentes naturais: Mao e seu grupo minoritário. Consequentemente, essas invenções sempre foram localizadas e singulares, não puderam se transformar de fato em propostas estratégicas e reproduzíveis. É que, em última análise, o significado estratégico (ou o alcance universal) dessas invenções era negativo. O que elas traziam – e fizeram progredir nas consciências militantes de todo o mundo – não era nada mais do

que o fim do partido-Estado como produção central da atividade política revolucionária. Mais em geral, a Revolução Cultural mostrou que não era mais possível atribuir nem as ações de massa revolucionárias nem os fenômenos organizacionais à lógica estrita da representação de classes. É por isso que ainda hoje a Revolução Cultural é um episódio político de primeiríssima importância.

### Campos experimentais

Eu gostaria de testar a hipótese acima com sete referentes selecionados, considerados em ordem cronológica.

1. A circular de dezesseis pontos de agosto de 1966, que talvez seja em grande parte de autoria de Mao e, em todo o caso, é o documento central mais inovador, mais em ruptura com o formalismo burocrático dos partidos-Estados.

2. As guardas vermelhas e a sociedade chinesa (o período que vai de agosto de 1966 a pelo menos agosto de 1967). Sem dúvida nenhuma, exploração dos limites da capacidade política da juventude secundarista e universitária mais ou menos entregue a si mesma, fossem quais fossem as circunstâncias.

3. Os “rebeldes revolucionários operários” e a Comuna de Xangai (janeiro-fevereiro de 1967), episódio capital e não realizado, porque propõe uma forma de poder alternativo ao centralismo do partido.

4. As “tomadas de poder”: “grande aliança”, “tripla união” e “comitês revolucionários”, de janeiro de 1967 à primavera de 1968. Trata-se de saber se o movimento criou realmente novas organizações ou se apenas visava regenerar o partido.

5. O incidente de Wuhan (julho de 1967). Foi o auge do movimento, o Exército ameaçava se dividir, a extrema-esquerda continuava em vantagem, mas sucumbiu.

6. A entrada dos operários nas universidades (fim de julho de 1968), que é, na realidade, o episódio final da existência das organizações estudantis independentes.

7. O culto da personalidade de Mao. Essa característica foi tantas vezes objeto do sarcasmo ocidental que acabamos nos esquecendo de perguntar qual seria afinal seu significado e, em particular,

onde esse “culto” serviu de bandeira, não para os conservadores do partido, mas para os rebeldes estudantes e operários.

#### A decisão em dezesseis pontos

Esse texto foi adotado por uma seção do comitê central em 8 de agosto de 1966. Ele pôe em cena, com certa genialidade, a contradição fundamental da empreitada denominada “Revolução Cultural”. Um dos símbolos dessa encenação é que ele não explica, ou explica muito pouco, a denominação (“cultural”) da sequência política em andamento. Exceto pela enigmática e metafísica primeira frase: “A revolução cultural visa mudar o homem naquilo que ele possui de mais profundo”. Nesse caso, “cultural” equivale a “ideológico”, num sentido particularmente radical.

Uma das vertentes do texto é um chamado puro e simples à revolta espontânea, dentro da grande tradição das legitimações revolucionárias. É muito provável que esse texto fosse ilegal, porque a redação do comitê central foi “corrigida” pelo grupo de Mao com o apoio do Exército (ou de certas unidades leais a Lin Biao). Militantes revolucionários das universidades estavam presentes, burocratas conservadores foram impedidos de participar. Na realidade, e isso é muito importante, essa decisão inicia um longo período de inexistência do comitê central e do secretariado do partido. A partir daí, os textos centrais importantes eram assinados em conjunto por quatro instituições: o comitê central, é claro, mas que não passava de um fantasma; o “grupo encarregado da Revolução Cultural”, grupo *ad hoc* muito restrito<sup>6</sup>, mas que dispunha da realidade do poder propriamente político, no

<sup>6</sup> Até setembro de 1967, o grupo dirigente maoista compreendia doze pessoas: Mao, Lin Biao, Chen Boda, Jiang Qing, Yao Wenyuan, Zhu Enlai, Kang Sheng, Zhang Chunqiao, Wang Li, Guan Feng, Lin Jie e Qi Benyu. Contam que Chen Yi, velho veterano de centro-direita e piadista corajoso, dizia: “É isso o grande partido comunista chinês? Doze pessoas?”. Podemos observar, no entanto, que o grupo dirigente do Comitê de Salvação Pública, entre 1792 e 1794, era ainda mais restrito. As revoluções combinam gigantescos fenômenos de massa com uma direção política muito restrita, na maioria das vezes.

sentido de que era reconhecido pelos rebeldes; o conselho dos negócios do Estado, presidido por Zhu Enlai; e, por último, garantindo um mínimo de continuidade administrativa, a temível comissão militar do comitê central, remanejada por Lin Biao.

Alguns trechos da circular são de uma virulência singular, tanto no que diz respeito à exigência revolucionária imediata quanto à necessidade de contrapor novas formas de organização ao partido.

No que se refere à mobilização popular, cito em particular os pontos 3 e 4, cujos títulos são: “Conceder a primazia à audácia e mobilizar as massas sem reservas” e “Que as massas se eduquem no movimento”. Por exemplo:

O que o comitê central do partido pede aos comitês do partido em todos os escalões é perseverar na direção correta, conceder primazia à audácia, mobilizar as massas sem reservas, acabar com esse seu estado de fraqueza e impotência, encorajar os camaradas que cometeram erros, mas querem corrigi-los, a se livrar do fardo de suas culpas e a se juntar à luta, destituir de suas funções os que ocupam cargos de direção e seguem a via capitalista, e tomar a direção para entregá-la aos revolucionários proletários.

Ou ainda:

É preciso confiar nas massas, apoiar-se nelas e respeitar seu espírito de iniciativa. É preciso se livrar do medo e não recluir os tumultos. O presidente Mao sempre nos ensinou que uma revolução não pode se realizar com tanta elegância e delicadeza, ou com tanta mansidão, amabilidade, cortesia, moderação e generosidade. Que as massas se eduquem nesse grande movimento revolucionário e façam a distinção entre o que é justo e o que não é, entre a maneira certa e errada de agir!

E por fim:

É preciso empregar plenamente o método dos jornais murais em letras garrafais e dos grandes debates para permitir manifestações amplas e francas de opiniões, a fim de que as massas possam expressar suas visões justas, criticar as visões errôneas e denunciar os gênios malévolos. Desse modo, as amplas massas poderão elevar sua consciência política na



luta, aumentar sua capacidade e seus talentos, discernir o que é justo do que não é e distinguir os inimigos que se escondem entre eles.

Um detalhe do ponto 7 é particularmente importante e teve enormes consequências práticas: “Nenhuma medida deve ser tomada contra os alunos das universidades, institutos, escolas secundárias e primárias a propósito de problemas que surjam entre eles durante o movimento”.

Todos compreendem na China que, ao menos pelo período que começava, a juventude revolucionária das cidades estava garantida por uma forma de impunidade. Evidentemente, foi isso que permitiu que ela se espalhasse por todo o país e levasse com ela o espírito de revolução, ao menos até setembro de 1967.

No que se refere às formas de organização, o ponto 9, intitulado “A propósito dos grupos, dos comitês e dos congressos da Revolução Cultural”, avaliza a invenção no e pelo movimento de múltiplos agrupamentos políticos alheios ao partido:

Muitas coisas novas começaram a surgir no movimento da Grande Revolução Cultural Proletária. Os grupos e os comitês da Revolução Cultural, assim como outras formas de organização, criadas pelas massas em numerosas escolas e numerosos organismos, são algo novo e de grande importância histórica.

Essas novas organizações não eram consideradas temporárias, o que prova que, em agosto de 1966, o grupo maoista cogitava destruir o monopólio político do partido: “Os grupos, comitês e congressos da Revolução Cultural não devem ser organizações temporárias, mas organizações de massa permanentes, destinadas a funcionar por muito tempo”.

Enfim, tratava-se claramente de organizações submetidas à democracia de massa, e não à autoridade do partido, como mostra a referência à Comuna de Paris, portanto a uma situação proletária anterior à teoria leninista do partido:

É necessário aplicar um sistema de eleição geral, semelhante ao da Comuna de Paris, para eleger os membros dos grupos e dos comitês da

Revolução Cultural e os representantes nos congressos da Revolução Cultural. As listas dos candidatos devem ser propostas pelas massas revolucionárias após amplas consultas, e as eleições somente ocorrerão após sucessivas discussões dessas listas pelas massas.

Os membros [dos comitês] e os representantes [nos congressos] podem ser substituídos por meio de eleições ou revogados pelas massas após discussões, caso se mostrem incompetentes.

Mas, se lermos o texto com atenção – sabendo o que significa “ler um texto”, quando ele provém de uma instância dirigente de um partido comunista –, observaremos que, pelas restrições cruciais impostas à liberdade de crítica, ocorre algo como um entravamento do impulso revolucionário, para o qual ele apela constantemente.

Em primeiro lugar, o texto defende axiomáticamente que o partido é bom em sua maioria. O ponto 8 (“A propósito dos quadros”) distingue, com base na experiência da Revolução Cultural, quatro tipos de quadros (devemos lembrar que “quadro” na China é qualquer um que tenha autoridade, por menor que seja): os bons, os relativamente bons, os que cometeram erros graves, mas recuperáveis, e, por último, “um pequeno número de direitistas antipartido e antissocialistas”. A tese é que “as duas primeiras categorias (os que são bons ou relativamente bons) constituem a grande maioria”. Isso significa que o aparelho de Estado e sua direção interna (o partido) estavam em boas mãos, o que torna paradoxal o recurso a métodos revolucionários de tão grande envergadura.

Em segundo lugar, embora o texto diga que as massas devem ter a iniciativa, a crítica nominal dos responsáveis do Estado ou do partido é rigorosamente controlada “de cima”. Sobre esse ponto, a estrutura hierárquica do partido retrocede bruscamente (ponto 11: “A propósito da crítica feita nomeadamente na imprensa”): “Toda crítica que for feita nomeadamente na imprensa deve ser submetida às discussões do comitê do partido no mesmo escalão e, em certos casos, à aprovação do comitê do partido no escalão superior”.

O resultado dessa diretriz foi que inúmeros quadros do partido, a começar pelo presidente da República, Liu Shaoqi, foram violentamente criticados pelas organizações revolucionárias de massa

nos “jornaizinhos”, nas caricaturas e nos murais durante meses, ou até anos, antes que seus nomes aparecessem na imprensa principal. Mas, desse modo, essas críticas mantiveram um caráter local, ou rescindível. Deixaram pendentes as decisões correspondentes.

Por fim, o ponto 15 (“As Forças Armadas”), extremamente sucinto, leva indiretamente a uma questão decisiva: quem tem autoridade sobre o aparelho repressivo? Classicamente, o marxismo diz que a revolução deve romper o aparelho repressivo do Estado que ela tem por fim transformar de alto a baixo. Não há dúvida de que não é o que se entende aqui:

Nas Forças Armadas, a Revolução Cultural e o movimento de educação socialista devem ser conduzidos de acordo com as instruções da comissão militar do comitê central do partido e do departamento político geral do Exército Popular de Libertação.

Mais uma vez, a autoridade centralizada do partido retrocede.

Enfim, a circular de dezesseis pontos combina orientações ainda discordantes e prepara, até por seu estilo belicoso, os sucessivos impasses do movimento em sua relação com o partido-Estado. É claro que se trata ainda de definir, partindo do movimento de massa, um caminho político diferente daquele que a corrente principal impôs nos anos anteriores à cúpula do partido. Mas duas questões essenciais permanecem pendentes: quem aponta os inimigos, quem define os alvos da crítica revolucionária? E, nessa questão tão importante, qual é o papel desse aparelho repressivo considerável: segurança pública, milícias, exército?

#### Guardas vermelhas e sociedade chinesa

Na esteira da circular de agosto, o fenômeno das “guardas vermelhas”, organizações da juventude escolarizada, ganhou uma dimensão extraordinária. Quem não conhece os gigantescos ajuntamentos na praça Tiananmen que ocorreram no fim de 1966, quando Mao se mostrava em silêncio a milhares de moças e rapazes? Mas o mais importante é que as organizações revolucionárias invadiram as cidades, utilizando caminhões emprestados do Exército, e depois todo

o país, aproveitando o transporte gratuito em trens com o pretexto de “trocar experiências”.

O que é certo é que temos aqui a força de ataque da extensão do movimento para toda a China. Reinava nesse movimento uma liberdade absolutamente admirável, as tendências se enfrentavam às claras, os jornais, os panfletos, as flâmulas, os cartazes intermináveis multiplicavam revelações de todos os tipos, assim como as declarações políticas. Caricaturas ferozes não poupavam ninguém (em agosto de 1967, as acusações contra Zhu Enlai em grandes cartazes colocados à noite foram uma das causas da queda da tendência dita de “ultraesquerda”). Manifestações acompanhadas de gongos, tambores e proclamações inflamadas circulavam pelas ruas até tarde da noite.

Por outro lado, a tendência à militarização, a ação não controlada de grupos de choque, surgiu logo no início. A palavra de ordem geral era a da luta revolucionária contra as velhas ideias e os velhos costumes (o que deu conteúdo ao adjetivo “cultural”, que, em chinês, significa “relativo à civilização” e, em jargão velho-marxista, “pertencente à superestrutura”). Muitos grupos interpretaram essa palavra de ordem de maneira destrutiva e violenta, ou mesmo persecutória. A perseguição às mulheres que usavam tranças, aos intelectuais letrados, aos professores indecisos, a todos os “quadros” que não praticavam a mesma fraseologia de tal ou tal grupelho, o saque de museus e bibliotecas, a arrogância intolerável dos chefes revolucionários em relação à massa de indecisos, tudo isso provocou nas pessoas comuns uma verdadeira aversão à ala extremista das guardas vermelhas.

A base do problema já aparecia na circular de 16 de maio de 1966, primeiro ato público de rebelião de Mao contra a maioria do comitê central. Essa circular declarava claramente que era preciso defender que “sem destruição não há construção”. Ela estigmatizava os conservadores, que pregavam o espírito “construtivo” para se opor à destruição das bases de seu poder. Mas foi difícil encontrar o equilíbrio entre a evidência da destruição e o caráter lento e tortuoso da construção.

A verdade é que, armadas apenas da palavra de ordem da “luta do novo contra o velho”, muitas guardas vermelhas cederam a uma tendência (negativa) bastante conhecida das revoluções: a iconoclas-

tia, a perseguição de pessoas por motivos fúteis, uma espécie de barbárie assumida. Essa também é a inclinação da juventude entregue a si mesma. Concluiu-se daí que toda organização política deveria ser transgeracional, e que organizar a separação política da juventude era uma péssima ideia.

É claro que as guardas vermelhas não inventaram o radicalismo anti-intelectual do espírito revolucionário. No momento de condenar à morte o químico Lavoisier, durante a Revolução Francesa, o acusador público Fouquier-Tinville disse esta frase estupenda: “A República não precisa de sábios”. A verdadeira revolução julga que pode criar tudo de que necessita, e deve-se respeitar esse absolutismo criador. Nesse sentido, a Revolução Cultural foi uma verdadeira revolução. Sobre a questão da ciência e da técnica, a palavra de ordem fundamental era a de que o que importava era ser “vermelho”, e não “especialista”. Ou, na versão “moderada”, que depois se tornou oficial: deve-se ser “vermelho e especialista”, mas primeiro vermelho.

Mas o que agravou consideravelmente a barbárie de certos grupos de choque revolucionários foi que, na escala da ação da juventude, não havia espaço político global para a afirmação política, para a criação positiva do novo. À tarefa da crítica, da destruição, tinha muito mais evidência do que a da invenção, porque esta continuava presa às lutas implacáveis que aconteciam na cúpula do Estado.

#### A Comuna de Xangai

O fim de 1966 e o início de 1967 representam um momento forte na Revolução Cultural: os operários das fábricas entram em cena de maneira maciça e decisiva. Xangai teve um papel piloto nesse momento.

É preciso ver o paradoxo dessa entrada do que, oficialmente, era a “classe dirigente” do Estado chinês. Ela ocorreu pela direita, se é que posso dizer assim. Em dezembro de 1966, os burocratas locais, a direção conservadora do partido e da prefeitura, usaram uma clientela operária – em particular os sindicalistas – contra o movimento maoista das guardas vermelhas. Como aconteceu, aliás, em Maio de 1968 e nos anos seguintes na França, quando o PCF tentou usar a velha-guarda da CGT contra os estudantes revolucionários ligados

aos jovens operários. Aproveitando a situação instável, os bonzos do partido e da prefeitura de Xangai lançaram os operários em reivindicações setoriais puramente econômicas e ainda os incitaram contra qualquer intervenção dos jovens revolucionários nas fábricas e nas administrações (assim como em Maio de 1968 o PCF entrincheirou as fábricas com piquetes a suas ordens e perseguiu os “esquerdistas” por toda a parte). Esses movimentos sindicalizados, dirigidos de maneira dura, foram de longo alcance, em especial a greve dos transportes e do abastecimento de energia, e visavam espalhar um clima de caos, para que os bonzos do partido pudessem se apresentar como os salvadores da ordem. Por todas essas razões, a minoria revolucionária viu-se obrigada a intervir contra as greves burocratizadas e opor ao “economismo” e à exigência de “incentivos materiais” uma austera campanha a favor do trabalho comunista e, sobretudo, da primazia da consciência política global sobre as reivindicações particulares. Esse era o terreno da grande palavra de ordem defendida por Lin Biao em especial: “Lutar contra o egoísmo e criticar o revisionismo” (como se sabe, “revisionismo” significava para os maoistas a linha de abandono de qualquer dinâmica revolucionária seguida pela URSS, os partidos comunistas que dependiam dela e um grande número de quadros do partido chinês).

No início, o grupo maoista operário era fraco. Falava-se de 4 mil operários por volta do fim de 1966. Evidentemente, ele se uniu às guardas vermelhas e formou uma minoria ativista. No entanto, o horizonte de ação nas fábricas propriamente ditas não era muito amplo, exceto em certas empresas que fizeram sua glória, como a fábrica de máquinas-ferramentas, apresentada durante anos pelos revolucionários como um exemplo. A meu ver, os ativistas maoistas se manifestaram na escala do poder urbano, porque a ação direta operária encontrou forte resistência nas fábricas (a burocracia era muito arraigada ali). Com ajuda de parte dos quadros, ligados de longa data a Mao, e de uma fração do Exército, eles derrubaram as autoridades municipais e o comitê local do partido. Daí o que foi chamado depois de “tomada de poder” e que, com o nome de “Comuna de Xangai”, marcou uma virada na Revolução Cultural.

Essa “tomada de poder” foi paradoxal desde o início. De um lado, ela se inspirou – assim como a circular de dezesseis pontos – num contramodelo absoluto do partido-Estado: a coalizão de organizações díspares que constituía a Comuna de Paris e cuja anarquia ineficaz já havia sido criticada por Marx. De outro lado, não havia nenhum desenvolvimento nacional possível para esse contramodelo, na medida em que, em nível nacional, a figura do partido ainda era a única aceita, embora muitos de seus órgãos tradicionais estivessem em crise. Durante os episódios tumultuados da revolução, Zhu Enlai continuou a ser o garantidor da unidade do Estado e do funcionamento mínimo das administrações. Que se saiba, ele nunca foi desautorizado por Mao nessa tarefa que o obrigou a seguir os ventos da época, inclusive com a direita (foi ele que restabeleceu Deng Xiaoping, “o segundo dos mais altos responsáveis que, embora do partido, engajaram-se na via capitalista”, conforme a fraseologia da revolução, e isso desde meados dos anos 1970). Ora, Zhu Enlai especificou muito claramente às guardas vermelhas que “as trocas de experiência” em todo o país eram lícitas, mas não poderia haver uma organização revolucionária de dimensão nacional.

Assim, a Comuna de Xangai, formada após discussões intermináveis que partiram de organizações estudantis e operárias na base local, só pôde conseguir uma unidade frágil. Mais uma vez, se o gesto (a “tomada do poder” pelos revolucionários) foi fundamental, seu espaço político era muito estreito. Daí resultou que a entrada em cena dos operários foi ao mesmo tempo uma ampliação espetacular da base de massa revolucionária, um grande e às vezes violento teste das formas de poder burocratizadas e o esboço sem futuro de uma nova articulação entre a iniciativa política popular e o poder de Estado.

#### As tomadas de poder

Nos primeiros meses de 1967, seguindo a escola de Xangai, onde os revolucionários derrubaram as autoridades municipais antimaoistas, as “tomadas de poder” se repetiram em todo o país. Há um aspecto material impressionante nesse movimento: os revolucionários, organizados em grupelhos e grupos de choque, em grande parte estudantis e operários, invadiram todos os tipos de prédios administrati-

vos, inclusive das prefeituras e do partido, e instalaram neles um novo “poder”, em geral numa confusão dionisíaca, e não sem violência e destruição. Muitas vezes, “mostravam às massas” os antigos detentores do poder em cerimônias nada confiáveis. O burocrata, ou assim considerado, levava um chapéu de burro na cabeça e um cartaz que descrevia seus crimes; ele baixava a cabeça e recebia uns pontapés, ou pior. Esses exorcismos são práticas revolucionárias bem conhecidas. Eles mostravam às pessoas comuns que os antigos intocáveis, aqueles cuja soberba foi tolerada em silêncio, estavam expostos à humilhação pública. Depois da vitória de 1949, os comunistas chineses organizaram cerimônias desse tipo em toda a região rural para destituir moralmente os antigos proprietários de terras, os “déspotas locais e maus fidalgueses”, mostrando ao menor camponês chinês, que durante milênios não teve a menor importância, que o mundo tinha “mudado de base”, e agora ele era o verdadeiro dono do país.

Mas devemos prestar atenção ao fato de que, a partir de fevereiro, a palavra “comuna” – para designar os novos poderes locais – desaparece e é substituída por “comitê revolucionário”. É claro que essa mudança não é inocente, porque “comitê” foi sempre o nome dos órgãos provinciais ou municipais do partido. Portanto, em todas as províncias houve um amplo movimento de posse dos “comitês revolucionários”, dos quais não se disse claramente se representavam, ou substituíam pura e simplesmente, os antigos e temidos “comitês do partido”.

Na verdade, a ambiguidade da designação indica o comitê como um produto espúrio do conflito político. Para os revolucionários locais, tratava-se de substituir o partido por um poder político diferente, depois da eliminação quase total dos antigos quadros dirigentes. Para os conservadores, que lutavam palmo a palmo, tratava-se de restabelecer os quadros locais depois de uma pseudocrítica. Eles foram encorajados a prosseguir nesse caminho pelas declarações centrais de que a grande maioria dos quadros do partido era boa. Para a direção nacional maoista, concentrada no reduzido “grupo do comitê central para a Revolução Cultural”, isto é, uma dúzia de pessoas, tratava-se de definir um alvo para as organizações revolu-

cionárias (as “tomadas de poder”) e inspirar um medo duradouro nos adversários, preservando ao mesmo tempo o quadro geral do exercício do poder, que, aos seus olhos, permanece o partido único.

As fórmulas pouco a pouco avançadas privilegiavam a unidade. Falava-se de “tripla união”, o que significava reunir nos comitês um terço de revolucionários recém-chegados, um terço de antigos quadros que haviam feito eventualmente uma autocritica e um terço de militares. Falava-se também de “grande aliança”, o que queria dizer que, localmente, as organizações revolucionárias deveriam se unir e cessar os confrontos (às vezes armados) entre si. Essa unidade supunha, na verdade, uma coerção cada vez maior, inclusive sobre o conteúdo das discussões, e uma limitação cada vez mais rígida do direito de se organizar livremente em torno de uma ou outra iniciativa ou convicção. Mas o que poderia ser feito, salvo deixar a coisa degradingolar numa guerra civil e confiar no que aconteceria no aparelho repressivo? O debate ocupou quase todo o ano de 1967, ano decisivo em todos os sentidos.

#### O incidente de Wuhan

Esse episódio do verão de 1967 é particularmente interessante, porque apresenta todas as contradições de uma situação revolucionária no momento de seu apogeu, que é naturalmente o momento em que sua involução se anuncia.

Em julho de 1967, com o apoio de militares conservadores, a contrarrevolução dos burocratas dominou a enorme cidade industrial de Wuhan, que não contava com menos de 500 mil operários. O poder efetivo estava nas mãos de um oficial, Chen Zaidao. É claro que duas organizações operárias ainda se enfrentavam, e esses confrontos causaram dezenas de mortes em maio e junho. A primeira, apoiada de fato pelo Exército e ligada aos quadros locais e aos antigos sindicalistas, chamava-se Milhão de Valorosos. A segunda, bastante minoritária, chamava-se Aço e encarnava a linha maoista.

A direção central, preocupada com o domínio reacionário na cidade, enviou o ministro da Segurança Pública e um membro muito conhecido do “grupo do comitê central para a Revolução Cultural”, um tal Wang Li. Esse Wang Li era muito popular entre as guardas ver-

melhas por suas tendências declamatórias “esquerdistas”. Ele já havia defendido que era necessário fazer um expurgo no Exército. Os enviados levavam a ordem de Zhu Enlai de apoiar o grupo rebelde Aço, conforme a diretriz endereçada aos quadros em geral e aos militares em particular: “Distinguir-se no discernimento e no apoio da esquerda proletária no movimento”. Devemos dizer, de passagem, que Zhu Enlai se incumbiu da pesada tarefa de arbitrar entre as facções, entre as organizações revolucionárias rivais, e, por isso, recebia dia e noite delegados da província. Ele foi o responsável, portanto, pelos progressos da “grande aliança” e da unificação dos “comitês revolucionários”, e também pelo discernimento da “esquerda proletária” nas situações concretas, que se tornavam cada vez mais confusas e violentas.

No dia em que chegaram, os delegados do poder central realizaram um grande encontro com as organizações rebeldes num estádio da cidade. A exaltação revolucionária foi ao máximo.

Podemos ver todos os atores da fase ativa da revolução em suas devidas posições: os quadros conservadores, e sua considerável capacidade de mobilização, primeiro no campo (as milícias oriundas dos subúrbios rurais participaram da repressão das guardas vermelhas e dos rebeldes depois da virada de 1968), mas também entre os operários e, é claro, na administração; as organizações rebeldes, estudantis e operárias, contando com seu ativismo, com sua coragem e com o apoio do grupo central maoista para vencer, embora fossem minoria muitas vezes; o Exército, solicitado a escolher quem apoiava; o poder central, procurando ajustar sua política às situações.

Em algumas cidades, a situação que unia todos esses atores era extremamente violenta. Em Cantão, em particular, os confrontos entre os grupos de choque das organizações rivais eram diários. Localmente, o Exército decidiu lavar as mãos. Pretextando que, na circular de dezesseis pontos, dizia-se que não se devia intervir nos problemas que surgissem durante o movimento, o comandante local pedia apenas que, antes de uma briga de rua, fosse assinado diante dele um “atestado de rixa revolucionária”. Era proibido apenas chamar reforços de fora. O resultado é que, em Cantão, houve dezenas de mortes todos os dias durante o verão.

Em Wuhan, a coisa terminou mal. Na manhã de 20 de julho, os grupos de choque do Milhão de Valorosos, apoiados por unidades do Exército, ocuparam os pontos estratégicos da cidade e iniciaram uma caça aos rebeldes. O hotel onde estavam hospedados os representantes do poder central foi atacado. Um grupo de militares prendeu e espancou sem piedade Wang Li e alguns guardas vermelhos. O “esquerdista” foi “mostrado às massas” com um cartaz pendurado no pescoço que o tachava – ironia da situação! – de “revisonista”, justamente ele, que via revisionistas por toda a parte. O ministro da Segurança foi isolado em seu quarto. A universidade e os membros do grupo Aço, epicentros da tendência rebelde, foram atacados por grupos armados, com o apoio de blindados. Contudo, quando a notícia começou a se espalhar, outras unidades do Exército tomaram partido contra os conservadores e seu comandante Chen Zaidao. A organização Aço preparou uma contraofensiva. O comitê revolucionário foi detido. Alguns militares conseguiram libertar Wang Li, que deixou a cidade correndo pelos bosques e pelos terrenos baldios.

A situação beirava a guerra civil. Foram necessários o sangue-frio do poder central e as declarações firmes de várias unidades do Exército em todas as províncias para mudar o curso dos acontecimentos.

Que lições para o futuro devem ser tiradas desse tipo de episódio? Num primeiro momento, Wang Li, com o rosto inchado, foi recebido como um herói em Pequim. Jiang Qing, esposa de Mao e grande dirigente rebelde, deu-lhe um abraço caloroso. Em 25 de julho, 1 milhão de pessoas o aclamaram na presença de Lin Biao. A corrente de ultraesquerda, que acreditava ir de vento em popa, exigiu um expurgo radical no Exército. Foi nesse momento também, em agosto, que os cartazes começaram a acusar Zhu Enlai de direitista.

Mas tudo isso foi apenas um momento. Evidentemente, em Wuhan, houve apoio aos grupos rebeldes e Chen Zaidao foi substituído. Dois meses depois, porém, foi a vez de Wang Li ser brutalmente eliminado do grupo dirigente, não houve expurgo significativo no Exército, a importância de Zhu Enlai só fez crescer e o retorno à ordem começou a ser imposto contra as guardas vermelhas e certas organizações rebeldes operárias.

O que se destaca dessa vez é o papel capital do Exército Popular como pilar do partido-Estado chinês. Ele recebeu um papel estabilizador na revolução e foi solicitado a apoiar a esquerda rebelde, mas não foi previsto nem permitido que ele se dividisse e abrisse em grande escala a perspectiva de uma guerra civil. Os que desejavam a guerra foram eliminados pouco a pouco. E o fato de ter compactuado com eles acarretou contra a própria Jiang Qing uma desconfiança constante, parece que até da parte de Mao.

Nesse estágio da Revolução Cultural, Mao desejava que a unidade prevalecesse nas fileiras rebeldes, em especial operárias, e começou a temer os estragos causados pelo espírito de facção e pela arrogância das guardas vermelhas. Em setembro de 1967, depois de um giro pelas províncias, ele lançou a diretriz: “Nada essencial divide a classe operária”, o que, para quem sabe ler, significa, em primeiro lugar, que havia distúrbios violentos entre as organizações rebeldes e conservadoras e, em segundo lugar, que era imperativo que esses distúrbios cessassem, as organizações fossem desarmadas e o aparelho repressivo recuperasse o monopólio legal da violência, assim como sua estabilidade política. A partir de julho, ao mesmo tempo que demonstrava seu costumeiro espírito de luta e rebelião (ele ainda disse nesse momento, com visível prazer, que “todo o país está na briga” e “a luta, mesmo violenta, é boa; quando as contradições vêm à tona, é mais fácil resolvê-las”), Mao estava preocupado com a guerra das facções. Declarou que, “quando os comitês revolucionários são fundados, os revolucionários pequeno-burgueses devem ser conduzidos corretamente”, estigmatizou o esquerdismo, que “é, na verdade, um direitismo”, e, sobretudo, irritou-se com o fato de que, desde janeiro e da tomada do poder em Xangai, “a ideologia burguesa e pequeno-burguesa que estava em pleno desenvolvimento entre os intelectuais e os jovens universitários arruinou a situação”.

#### A entrada dos operários nas universidades

Em fevereiro de 1968, os conservadores acreditaram que era a hora da desforra, depois da involução do movimento no fim do verão de 1967. Mas Mao e seu grupo estavam prevenidos. Lança-

ram uma campanha que condenava a “contracorrente de fevereiro” e reafirmaram seu apoio aos grupos revolucionários e à criação de novos órgãos de poder.

Contudo, manter as universidades sob o jugo de grupelhos rivais não era mais sustentável numa lógica geral de retorno à ordem e na perspectiva de um congresso do partido encarregado de avaliar a revolução (esse congresso foi realizado no início de 1969, homologando o poder de Lin Biao e dos militares). Era preciso dar o exemplo, evitando ao mesmo tempo a eliminação pura e simples das últimas guardas vermelhas, concentradas nos prédios da universidade de Pequim: A solução adotada foi simplesmente extraordinária: ele apelou para milhares de operários organizados para que, sem armas, cercassem a universidade, desarmassem as facções e garantissem diretamente sua própria autoridade. Como diria mais tarde o grupo dirigente, “a classe operária deve dirigir tudo” e “os operários permanecerão por um bom tempo, ou até para sempre, nas universidades”. Esse episódio é um dos mais impressionantes de todo o período, porque torna visível a necessidade, por parte da força anárquica e violenta dos jovens, de reconhecer uma autoridade “de massa” acima dela, e não apenas, nem mesmo principalmente, a autoridade institucional dos dirigentes reconhecidos. O momento é ainda mais impressionante e dramático porque alguns estudantes atiraram contra os operários, houve mortes e, na sequência, Mao e todos os dirigentes do grupo maoista convocaram os líderes estudantis mais conhecidos, em particular um certo Kuai Dafu, líder adorado das guardas vermelhas da universidade de Pequim<sup>7</sup> é conhecido em todo o país. Existe uma transcrição dessa conversa franca entre os jovens revolucionários teimosos e a velha-guarda<sup>7</sup>. Mao expressa a grande decepção que o espírito de facção entre os jovens lhe causou, assim como um resto de amizade

<sup>7</sup> A ata foi traduzida e longamente comentada (em italiano) por Sandro Russo, hoje caramente o anarquista mais competente e fiel a tudo que diz respeito à Revolução Cultural. Ver, por exemplo, “The conclusion scene. Mao and the Red Guards in July 1968”, *Positions*, v. 13, n. 3, 2005.

política por eles e a vontade de encontrar uma saída. Vemos que, convocando os operários, Mao quis evitar que a situação caísse sob “controle militar”, quis proteger aqueles que foram seus primeiros aliados, os emissários do entusiasmo e da inovação política. Mas Mao também era um homem do partido-Estado. Ele queria sua renovação, mesmo que violenta, e não sua destruição. Sabia que, submetendo o último quadrilátero de jovens revoltados “esquerdistas”, ele liquidaria a última margem que restava para aquilo que não concordava com a linha (em 1968) dos dirigentes reconhecidos da Revolução Cultural: uma linha de reconstrução do partido. Ele sabia disso, mas conformou-se. Porque ele não tinha – e ninguém tinha – hipótese alternativa para a existência do Estado, e a imensa maioria do povo, depois de dois anos de exaltação, embora extremamente difíceis, queria que o Estado existisse e desse a conhecer sua existência, duramente, se necessário.

#### O culto da personalidade

Sabemos que, durante a Revolução Cultural, o culto de Mao ganhou formas extraordinárias. Houve não só as estátuas gigantes, o pequeno livro vermelho, a invocação constante do presidente em todas as circunstâncias, os hinos ao “grande timoneiro”, mas houve sobretudo uma extensão inaudita da unicidade da referência, como se os ditos e escritos de Mao fossem suficientes em qualquer circunstância, inclusive quando se tratava de estimular o crescimento dos tomates ou decidir o uso (ou não) do piano nos concertos sinfônicos<sup>8</sup>. É surpreendente ver que foram os grupos rebeldes mais violentos, mais contrários à ordem burocrática que levaram mais longe esse aspecto das coisas. Foram eles em particular que lançaram

<sup>8</sup> Os exemplos são reais e deram origem a artigos traduzidos em francês na revista *Pékin Information*. Sabemos por eles como a dialética maoista permite fazer os tomates crescerem ou como encontrar a linha correta no que se refere ao uso do piano na música sinfônica na China. Quanto ao mais, esses textos são muito interessantes, ou mesmo convincentes, não exatamente pela implicação explícita, mas pela tentativa de criar do nada um outro pensamento.

a máxima “a autoridade absoluta do pensamento de Mao Tsé-Tung” e declararam que todos deviam se submeter a esse pensamento, mesmo quando não o compreendessem. Devemos reconhecer que são enunciados simplesmente obscurantistas.

Devemos acrescentar que, como todas as facções e organizações em disputa invocam o pensamento de Mao, a expressão – capaz de dar orientações totalmente contraditórias – acaba perdendo o sentido, fora do uso superabundante de citações cuja exegese é constantemente variável.

Mesmo assim, eu gostaria de fazer algumas observações. De um lado, esse tipo de devoção, assim como o conflito das exegeses, são muito comuns nas religiões estabelecidas, inclusive entre nós, mas não vemos uma patologia nisso; muito pelo contrário, as grandes religiões monoteístas são sagradas para nós. Ora, não há dúvida de que Mao prestou infinitamente mais serviços reais a seu povo – ele o livrou simultaneamente da invasão japonesa, do colonialismo sorrateiro das potências “ocidentais”, do feudalismo no campo e da pilhagem pré-capitalista – do que prestaram aos nossos países as personagens fictícias ou eclesiais da história recente das tais religiões monoteístas. De outro lado, a sacralização, inclusive biográfica, dos grandes artistas é um dado recorrente da nossa prática “cultural”. Damos importância aos recibos de lavanderia de tal ou tal grande poeta. Se a política é, como acredito que é, e como a poesia também pode ser, um processo de verdade, então sacralizar os criadores políticos não é nem mais nem menos estúpido do que sacralizar os criadores artísticos. Talvez menos, se pensarmos bem, porque a criação política é provavelmente mais rara, e com certeza mais arriscada, e dirige-se mais imediatamente a todos, e singularmente aos que em geral o poder considera inexistentes, como os camponeses e os operários chineses antes de 1949.

Mas isso não nos dispensa de esclarecer o fenômeno particular do culto político, dado invariável dos Estados e partidos comunistas, e dado paroxístico da Revolução Cultural.

De um ponto de vista geral, o “culto da personalidade” está ligado à tese de que o partido, representante da classe operária, é a fonte he-

gemônica da política, o detentor obrigatório da linha correta. Como se dizia nos anos 1930, “o partido tem sempre razão”. O problema é que nada garante a representação nem a certeza hiperbólica quanto à racionalidade. Portanto, é importante que haja, como substituto dessa garantia, uma representação da representação que seja uma singularidade, legitimada precisamente por sua singularidade apenas. Por fim, uma pessoa, um corpo singular desempenha a função de garantia superior, na forma esteticamente clássica do gênio. Aliás, é curioso que, sendo educados na teoria do gênio no campo das artes, nós nos choquemos tanto quando ela surge no campo da política. Para os partidos comunistas, entre os anos 1920 e 1960, a genialidade individual era apenas a encarnação, o ponto fixo da duvidosa capacidade representativa do partido. É mais fácil acreditar na retidão e na força intelectual de um homem distante e solitário do que na verdade e na pureza de um aparelho cujos chefetes todos conhecem bem.

Na China, a questão é ainda mais complexa. Durante a Revolução Cultural, Mao encarnou menos a capacidade representativa do partido do que aquilo que discerniu e combateu, no próprio partido, o temível “revisionismo”. Ele foi aquele que disse, ou deixou que dissessem em seu nome, que a burguesia é politicamente ativa no partido comunista. Também foi aquele que animou os rebeldes, propagou a palavra de ordem “Temos razão de nos revoltar” e encorajou os distúrbios, enquanto era incensado como presidente do partido. Nesse sentido, em alguns momentos ele foi menos aquele que garantia o partido real para a massa dos revolucionários do que a encarnação de um partido proletário ainda por vir. Ele é como a desforra da singularidade contra a representação.

Em última análise, devemos sustentar que “Mao” é um nome intrinsecamente contraditório no campo político revolucionário. De um lado, é o nome supremo do partido-Estado, seu presidente incontestável, aquele que, como chefe militar e fundador do regime, detém a legitimidade histórica do partido comunista. De outro, “Mao” é o nome daquilo que, no partido, não é redutível à burocracia de Estado. Ele o é, evidentemente, pelo chamado à revolta lançado à juventude e aos operários. Mas ele o é do próprio



interior da legitimidade do partido. De fato, muitas vezes é pelas decisões transitoriamente minoritárias, ou mesmo dissidentes, que Mao garante a continuação da experiência política absolutamente singular dos comunistas chineses entre 1920 e a vitória dos anos 1940 (desconfiança contra os conselheiros soviéticos, renúncia do modelo insurrecional, “cerco das cidades pelo campo”, prioridade absoluta da ligação de massa etc.). Em todos os sentidos, “Mao” é o nome de um paradoxo: o rebelde no poder, o dialético à prova das necessidades contínuas do “desenvolvimento”, o emblema do partido-Estado à procura de sua superação, o chefe militar que prega a desobediência às autoridades...<sup>9</sup> Foi isso que deu a seu “culto” um aspecto frenético, porque ele acumulava subjetivamente a aquiescência à pompa stalinista do Estado e o entusiasmo de toda a juventude revolucionária pelo velho rebelde que o estado de coisas não satisfazia e que queria marchar ativamente em direção ao comunismo real. “Mao” designava a “construção do socialismo”, mas também a sua destruição.

Em última análise, por seu próprio impasse, a Revolução Cultural atesta a impossibilidade de libertar realmente e de forma global a política do quadro do partido-Estado, quando ela está inserida nele. Ela é uma experiência de saturação insubstituível, porque, nela, uma vontade violenta de buscar um novo caminho político, recomeçar a revolução, descobrir formas novas da luta operária nas condições formais do socialismo vem se chocar contra a manutenção obrigatória do quadro geral do partido-Estado, por razões de ordem de Estado e de recusa da guerra civil.

Sabemos hoje que toda política de emancipação deve acabar com o modelo do partido, ou dos partidos, afirmar-se como política “sem partido”, mas sem cair na figura anarquista, que nunca passou de crítica vazia, cópia ou sombra dos partidos comunistas, como a bandeira negra é a cópia ou a sombra da bandeira vermelha. Con-

<sup>9</sup> Sobre Mao como paradoxo, deve-se ler o belíssimo livro de Henry Bauchau, *Essai sur la vie de Mao Zedong* [Ensaio sobre a vida de Mao Tsé-Tung] (Paris, Flammarion, 1982).

tudo, nossa dívida com a Revolução Cultural é imensa. Associado a essa corajosa e grandiosa saturação do motivo do partido – contemporâneo do que hoje aparece claramente como a última revolução ainda ligada ao motivo das classes e da luta de classes –, nosso maoísmo foi a experiência e o nome de uma transição fundamental. E, se ninguém fosse fiel a essa transição, nada existiria.

## BREVE CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO CULTURAL

### 1. Pré-história recente (das “cem flores” à “banda negra”)

a) Campanha “Que cem flores desabrochem” (1956). Em junho de 1957, a campanha se torna uma violenta denúncia persecutória contra os “intelectuais direitistas”, tachados na sequência de “gênios malévolos”. Início do “grande salto adiante”, em maio de 1958, e das “comunas populares”, em agosto de 1958. Em agosto de 1959, destituição de Peng Dehuai (ministro da Defesa), que criticou o movimento de coletivização. Ele é substituído por Lin Biao.

b) A partir de 1961, constatação de um balanço desastroso do voluntarismo econômico. O comitê central decide “reajustar” os objetivos. Liu Shaoqi substitui Mao Tsé-Tung na presidência da República. Entre 1962 e 1966, 15 milhões de exemplares das obras de Liu são vendidos na China, contra 6 milhões das de Mao. Publicação da peça histórica de Wu Han (vice-prefeito de Pequim), *A destruição de Hai Rui* (uma crítica indireta à destituição de Peng Dehuai). Em setembro de 1965, numa reunião do gabinete político, Mao pede e não obtém a condenação de Wu Han. Ele se retira para Xangai.

### 2. A abertura (do artigo de Yao Wenyan à decisão em dezesseis pontos)

a) Em colaboração com Jiang Qing, esposa de Mao, Yao Wenyan publica um artigo violento contra Wu Han em Xangai. O alvo é o prefeito de Pequim, Peng Zhen, considerado o líder da

“banda negra”. Entre janeiro e fevereiro de 1966, um primeiro “grupo da revolução cultural do comitê central”, paradoxalmente presidido por Peng Zhen, é formado para julgar o caso. Esse grupo (dito “dos cinco”) difunde as “teses de fevereiro”, bastante inofensivas, que tentam limitar a crítica.

b) Contudo, um grupo se constitui em Xangai, sob a proteção de Lin Biao e Jiang Qing, e realiza uma “discussão sobre as atividades literárias e artísticas no Exército”. Textos são transmitidos à comissão militar do comitê central (órgão da mais alta importância). A divisão do partido parece consumada.

c) Em maio de 1966, reunião “ampliada” do gabinete político. Nomeação de um novo “grupo de revolução cultural do comitê central”, denúncia veemente do grupo de Peng Zhen num documento fundamental para tudo que acontece na sequência, um documento conhecido como “circular de 16 de maio”. Segundo o texto, é necessário “criticar os representantes da burguesia infiltrados no partido, no governo, no Exército e nos meios culturais”. Em 25 de maio, sete alunos da Universidade Beida atacam o reitor num cartaz escrito com letras garrafais. Verdadeiro início da mobilização estudantil.

d) Mao deixa Pequim. As autoridades enviam “grupos de trabalho” às universidades para controlar o movimento. Entre fim de maio e fim de julho, período chamado “dos cinquenta dias”, enquadramento brutal por parte desses “grupos de trabalho”.

e) Em 18 de julho, Mao volta a Pequim: fim dos grupos de trabalho. De 1º a 12 de agosto, é realizada uma sessão do comitê central “ampliado”. Ela não segue a regra. Lin Biao utiliza o Exército para proibir a presença de membros regulares e permitir a presença de revolucionários do mundo universitário. A linha maoista obtém uma pequena maioria nessas condições. Mao defende publicamente o cartaz da Universidade Beida. Ele aparece em 9 de agosto. Carta política da revolução: a “declaração em dezesseis pontos”. Ela diz em particular: “Na Grande Revolução Cultural Proletária, as massas só podem se libertar por si mesmas, não se pode de maneira nenhuma agir em seu lugar”. Isso significa que não serão reprimidas as iniciativas dos grupos estudantis.

### 3. O período das “guardas vermelhas”

a) A partir de 20 de agosto, vindos das instituições escolares e universitárias, grupos ativistas de “guardas vermelhas” espalham-se pela cidade com o intuito de “destruir de alto a baixo o pensamento, a cultura, os hábitos e os costumes antigos”. Em particular, perseguição duríssima dos intelectuais e dos professores, considerados mais uma vez, inclusive por Mao, “gênios malévolos”. Sucessão de ajuntamentos gigantescos de guardas vermelhas em Pequim, em consequência em particular do direito que ganharam de circular gratuitamente de trem, para “amplas trocas de experiência”. Críticas a Liu Shaoqi e Deng Xiaoping em cartazes, panfletos, caricaturas, jornaizinhos...

b) A partir de novembro, primeiros incidentes políticos ligados à intervenção de guardas vermelhas nos locais de produção. Os anti-maoistas utilizam os sindicatos oficiais e certas milícias camponesas contra os revolucionários, que começam a se dividir em grupelhos (“fracionismo”). Violência esporádica.

### 4. Entrada em cena dos operários e das “tomadas de poder”

a) As autoridades de Xangai provocam distúrbios, estimulando todo tipo de reivindicação “econômista” no meio operário. Problema particularmente agudo: o salário dos operários-camponeses temporários e a questão dos bônus. Greve dos transportes e perseguição dos grupos estudantis. Em janeiro de 1967, com o apoio de uma parte do Exército, um grupo de guardas vermelhas e “rebeldes revolucionários” operários, que criaram “comitês de fábrica”, “tomam o poder”, ocupando os prédios administrativos, os meios de comunicação etc. Derrubam o comitê do partido e decidem formar a “Comuna de Xangai”. Negociações intermináveis entre os grupos. Domínio dos grupos operários e presença ainda muito limitada dos antigos quadros do partido e do Exército.

b) As “tomadas de poder” se espalham por todo o país a partir de 1967. Grande desordem no Estado e na economia. A politização bastante desigual faz com que a implantação de novos órgãos

de poder seja anárquica e precária. Tendência a destituir e “julgar” todos os antigos quadros ou, ao contrário, manipulação de grupos “revolucionários” mais ou menos de mentira por parte desses quadros. Ajustes de contas misturados ao entusiasmo revolucionário.

c) A autoridade central é concentrada no grupo do comitê central para a Revolução Cultural, no conselho dos negócios de Estado, dirigido por Zhu Enlai, e na comissão militar, presidida por Lin Biao. Ela define uma fórmula para os novos poderes, chamada “tripla união”: um terço de representantes das “massas revolucionárias”, um terço de quadros do partido que deram prova de seu valor, ou se emendaram, e um terço de militares. As organizações revolucionárias “de massa” devem antes se unir entre si (a “grande aliança”). O nome do novo órgão é “comitê revolucionário de tripla união”. O primeiro comitê provincial desse tipo é formado em 13 de fevereiro (província de Guizhou).

##### 5. Tumultos, violências e cisões de todos os tipos

a) Ao mesmo tempo que as críticas a Liu Shaoqi começam na imprensa (ainda sem menção a seu nome), a desordem cresce em todo o país. Numerosos atos de violência, inclusive armada, opõem os maoistas aos conservadores, a polícia e o Exército ora a estes, ora àqueles, e os grupos maoistas entre si. As organizações de massa, assim como a direção revolucionária, dividem-se constantemente. Uma tendência visa unir o mais rápido possível todas as organizações revolucionárias e instalar comitês em todo o país, abrindo espaço para os antigos quadros. Na verdade, essa tendência quer reconstruir rapidamente o partido. Zhu Enlai, encarregado da manutenção das funções básicas do Estado, é o mais ativo nessa direção. Outra tendência quer eliminar um grande número de quadros e ampliar o expurgo para toda a administração, inclusive o Exército. Seus representantes mais conhecidos são Wang Li e Qi Benyu.

b) Em julho, o incidente de Wuhan põe a região, e por fim todo o país, num clima de guerra civil. Em Wuhan, o Exército protege

abertamente os quadros tradicionais e as organizações operárias ligadas a eles. Wang Li, enviado da autoridade central, que quer apoiar os “rebeldes”, é sequestrado e espancado. Forças militares externas têm de intervir. A unidade do Exército é ameaçada.

c) Surgimento de cartazes contra Zhu Enlai. Durante todo o mês de agosto, atos de violência anárquicos, em particular em Cantão. Depósitos de armas são saqueados. Dezenas de mortos todos os dias. A Embaixada Britânica em Pequim é incendiada.

##### 6. O início do retorno à ordem e o fim da revolução propriamente dita

a) Em setembro de 1967, depois de um giro pelas províncias, Mao toma o partido da linha de “reconstrução”. Essencialmente, ele apoia Zhu Enlai e atribui ao Exército um papel amplo (quando as facções não conseguem se entender, há “controle militar”). O grupo de extrema-esquerda (Wang Li) é eliminado dos órgãos centrais. “Estágios de estudo do pensamento de Mao Tsé-Tung” são organizados para toda a população, com frequência sob a proteção dos militares. Palavras de ordem: “apoiar a esquerda, e não as frações”, com base em uma frase do relatório de Mao, e “nada essencial divide a classe operária”.

b) Em muitos lugares, essa correção é praticada como uma violência repressão contra as guardas vermelhas, ou mesmo contra os rebeldes operários, e como uma chance de desforra política (é a “contracorrente de fevereiro de 1968”). Assim, Mao convoca novamente a ação no fim de março de 1968: é preciso defender os comitês revolucionários e não se deve temer nem os tumultos nem o fracionismo.

c) Contudo, essa é a última escaramuça “de massa”. A autoridade central decide acabar com os últimos bastiões da revolta estudantil, entregues a guerras entre grupelhos (às vezes sangrentas), e evitar ao mesmo tempo o controle militar imediato, ao menos em Pequim. Destacamentos de operários são enviados às universidades. O grupo central da Revolução Cultural recebe os estudantes “esquerdistas” mais famosos, que resistiram fisicamente à entrada dos operários. É um diálogo de surdos (o “rebelde” mais conhecido, Kuai Dafu, é preso).

d) A palavra de ordem “a massa operária deve dirigir totalmente” sela o fim das guardas vermelhas e dos rebeldes revolucionários e, com o nome de “luta, crítica, reforma”, inicia uma fase dedicada à reconstrução do partido. Um grande número de jovens revolucionários é enviado para o campo ou regiões distantes.

### 7. Referências posteriores

a) O nono congresso do partido, em abril de 1969; aprova um retorno à ordem autoritário, amplamente estruturado pelo Exército (45% dos membros do comitê central), sob o comando de Lin Biao.

b) Esse período militarista, extremamente opressivo, leva a novos confrontos violentos dentro do partido. Lin Biao é eliminado (provavelmente assassinado) em 1971.

c) Até a morte de Mao, longo período complexo, marcado pelo conflito constante entre Deng Xiaoping e muitos dos quadros antigos, que retornaram sob a proteção de Zhu Enlai e do “bando dos quatro”, que encarna a memória da Revolução Cultural (Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao, Jiang Qing e Wang Hongwen).

d) Logo após a morte de Mao, em 1976, os quatro são presos. Deng toma o poder por um longo período, que é, na verdade, um período de implantação dos métodos capitalistas (durante a Revolução Cultural, Deng era denominado “o segundo dos mais altos responsáveis que, embora do partido, engajaram-se na via capitalista”), com a manutenção do partido-Estado.